



Para todos os povos e cores?

Com avanços nas últimas décadas, política migratória do Brasil enfrenta postura conservadora e contrária aos direitos humanos do governo federal

Texto de Elias Fernandes
Fotografias de Gustavo Arcanjo e Vinícius Dias
Design de Ana Luisa Lobo e Paula Lima

Ao longo de 29 anos, o Brasil conviveu com duas legislações opostas em relação aos direitos e deveres dos imigrantes que recebe. Por um lado, o já revogado Estatuto do Estrangeiro, de 1980, lidava com a situação como um assunto de segurança nacional. Por outro, a Constituição Federal, de 1988, trata o tema sob o ponto de vista dos direitos humanos.

Criado durante a Ditadura Militar (1964-1985), o Estatuto do Estrangeiro via como estranhos aqueles que chegavam ao país e negava a eles os direitos políticos. Nos artigos 106 e 107, por exemplo, o documento proibia a participação de imigrantes em associações sindicais e em quaisquer outras atividades de natureza política. Já a Constituição Federal determina, em seu artigo 5º, que todos são iguais perante a lei, sejam brasileiros ou não, e “sem distinção de qualquer natureza”, com a garantia do “direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. No entanto, esse artigo ainda não foi regulamentado, o que abriu a possibilidade para diferentes interpretações da lei, tornando sua eficácia questionável.

Apenas em 2017, o Brasil começou, de fato, a iniciar a construção de uma política migratória, com a sanção da Lei de Migração, pautada na vanguarda pelos direitos dos imigrantes. Ainda que não regule o artigo 5º da Carta Magna, a nova legislação substituiu o ultrapassado Estatuto do Estrangeiro e traz avanços à área, como a acolhida humanitária, a liberação para o envolvimento em atividades políticas e a garantia de liberdade às pessoas que estiverem em situação migratória irregular. Porém, a nova lei foi sancionada pelo ex-presidente Michel Temer (MDB) com um pacote de vetos e regulamentada por meio de um decreto, no mínimo,

controverso, o 9.199, também de 2017. Ele mantém termos como “imigrante clandestino”, restringe o visto de trabalho, permite a prisão de pessoas em situação irregular por pedido da Polícia Federal e não definiu a concessão de vistos humanitários. O documento foi criticado por entidades de direitos humanos, que o acusaram de ir contra a própria lei.

Em julho de 2019, o governo federal voltou a ser criticado ao tratar com imigrantes. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, estabeleceu a deportação sumária de pessoas consideradas “perigosas” ao publicar a portaria 666. De acordo com a decisão, imigrantes suspeitos de crimes como terrorismo, participação em grupos criminosos armados, tráfico de drogas, pessoas ou armas de fogo devem deixar o país em um prazo de até 48 horas após notificação. Críticos à medida, no entanto, argumentam que o ato ignora a presunção de inocência e contraria a atual legislação migratória.

“Se aquele que está regulamentando a lei tem uma visão muito estreita da questão migratória, efetivamente vai buscar, sempre, uma visão conservadora. No caso do Moro, uma visão ilegal, até”, afirma o pesquisador Duval Magalhães, professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Ele acredita que o atual governo federal possui uma postura contrária aos direitos dos imigrantes que vêm ao Brasil e dos emigrantes que vão ao exterior. Cabe destacar que, historicamente, o Brasil é um país com mais emigrantes que imigrantes. Dados da Polícia Federal revelam que, em 2018, 94 mil pessoas vieram para cá, enquanto o número de brasileiros que decidiram partir foi de 252 mil.

Minas Gerais

O estado conhecido pela pronúncia incompleta das palavras e pela gastronomia baseada no leite também é o destino de milhares de imigrantes todos os anos. O “Atlas da Migração Internacional em Minas Gerais”, estudo feito pelo Observatório das Migrações Internacionais do Estado de Minas Gerais (Obminas) e pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC Minas, revelou algumas características daqueles que chegaram a Minas entre 2010 e 2016.

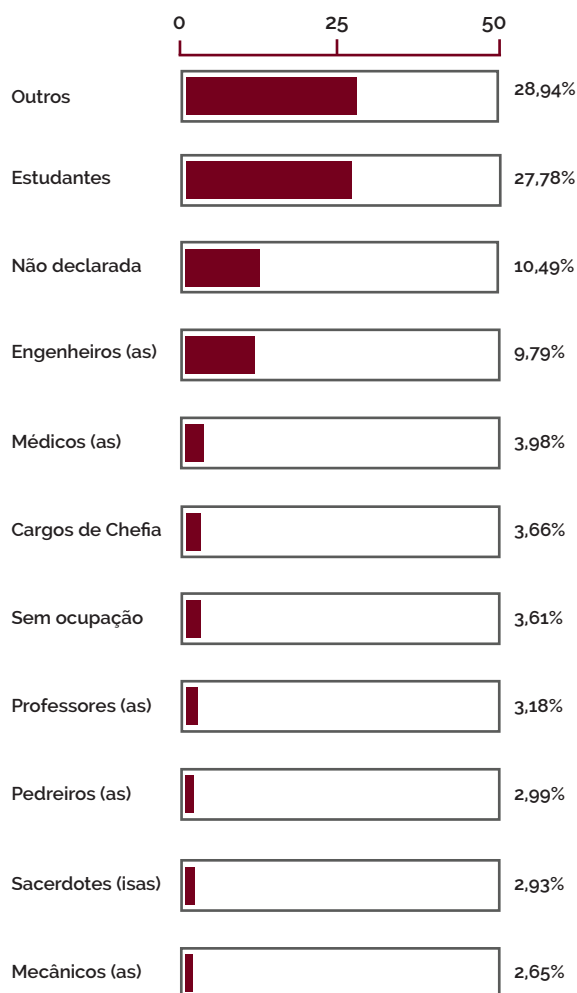
A capital, Belo Horizonte, foi a cidade que mais recebeu imigrantes ao longo desse período, um número superior a 10 mil. Ela é seguida por Contagem, na região metropolitana, e Uberlândia, no Triângulo Mineiro, que receberam, cada uma, quase 2 mil pessoas. A maior parte dos novos moradores é composta por haitianos, colombianos e italianos, mas também há destaque para estadunidenses, portugueses, franceses, chineses, argentinos, cubanos e alemães. Há ainda as recentes vindas de venezuelanos ao estado, embora faltem dados oficiais que dimensionem a proporção.

Muitos imigrantes que vêm encontram dificuldades para chegar a oportunidades de emprego em suas áreas de formação. Apenas o Estado pode reconhecer diplomas, e o processo não é simples e custa caro. Por isso, muitos acabam recorrendo aos trabalhos que não exigem formação superior e ganhando menores salários, o que torna suas vidas ainda mais difíceis por aqui. Duval Magalhães afirma que existe um desperdício do conhecimento trazido por essas pessoas, o que poderia ser resolvido com mecanismos que gerem facilidades. “Que país pode se dar ao luxo de ter um engenheiro pronto, formado, e não investir um pouco de recursos para abrir um mercado de trabalho para essa pessoa?”, questiona.

O Atlas da Migração Internacional de Minas Gerais mostra que, com base nas ocupações declaradas, quase 28% dos imigrantes que chegaram entre 2010 e 2016 são estudantes. Engenheiros correspondem a 9,79%, seguidos por médicos, 3,98%; diretores, gerentes ou proprietários, 3,66%; e professores, 3,61%.

Outro problema enfrentado por aqueles que chegam ao Brasil e a Minas Gerais é o racismo. Embora criminalizado há 30 anos, o preconceito ou discriminação por raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional parece ser um inimigo constante para as pessoas imigrantes, sobretudo as negras. A pesquisadora Sofia Zanforlin, professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), afirma que o racismo se manifestou, de modo específico, quando chegaram os primeiros imigrantes do Haiti. Negros e vindos de um país pobre, muitos foram marginalizados por brasileiros e pelos noticiários, que apresentavam narrativas discriminatórias. “Nós somos miscigenados, mas o racismo acompanha a estrutura da sociedade brasileira. Isso muda na hora de se noticiar algum crime ou alguma questão vivida por um imigrante que seja negro”, explica.

OCUPAÇÕES DECLARADAS DE IMIGRANTES



Ocupação declarada dos imigrantes que chegaram a Minas Gerais entre 2010 e 2016
Dados: “Atlas da Migração Internacional em MG”

Traumas e emoções

Contar histórias de pessoas imigrantes não é tarefa fácil. Antes de qualquer coisa, é preciso que o repórter tenha consciência de que vai se deparar com relatos de alguém que viveu sob uma cultura muito diferente da sua. Assim, para conseguir compreender os dilemas e emoções dessas pessoas, é fundamental saber escutar. Nas palavras da jornalista Eliane Brum, “escutar é mais que ouvir”, “é entender tanto o que é dito como o que não é dito”.

A primeira fonte ouvida para esta reportagem foi o projeto Acolhe Minas, coordenado pelo Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados de Belo Horizonte (SJMR-BH). Por meio dele, chegamos a dois imigrantes que, dias depois, passaram a dividir um pouco de suas vidas conosco: Benediction Kipuni, uma jovem congolesa de 24 anos; e José Miguel Ocanto, um estudante venezuelano de 26, reconhecido como refugiado pelo Estado brasileiro. Um terceiro imigrante também abriu as portas de sua casa para nós, mas chegamos até ele por meio do boca a boca: Fritznel Cadet, 39, um pedagogo haitiano que sonha com um futuro melhor para seus filhos.

Conversamos por horas a fio, trocamos mensagens e almoçamos na casa de um deles, que fez questão de nos apresentar o tempero de seu país. Deparamo-nos com histórias que sangram e com a esperança nos olhos de quem já viveu o horror. A equipe desta reportagem, então, decidiu contar cada história de um modo diferente, em respeito aos testemunhos ouvidos e à delicadeza e particularidades de cada um. O resultado é uma crônica que traz a lembrança dos primeiros momentos de um ativista político no Brasil; no perfil de um educador que já dormiu na rua, enquanto era aquecido pela saudade da esposa e dos filhos; e na carta de uma mulher que sente saudades do irmão que não vê crescer, escrita pela repórter Paula Lima.

Sem lenço e sem documento

A noite de 4 de março de 2018 parecia tranquila para José Miguel Ocanto. Então com 25 anos, o jovem venezuelano estava aliviado após viajar, durante três dias, por estradas de seu país e do Brasil. Prestes a embarcar de Boa Vista, em Roraima, para Belo Horizonte, Minas Gerais, o rapaz jantava em um restaurante junto a uma moça que estava grávida, também da Venezuela, que acabara de conhecer. Faltavam cerca de 40 minutos para que a aeronave decolasse quando os dois deixaram o local e foram em direção ao aeroporto. Eles seguiam tranquilos por uma rua reta quando perceberam que estavam sendo seguidos por quatro pessoas que comiam no mesmo restaurante. De repente, José Miguel e a moça passaram a ser atacados pelo grupo, que gritava e cuspiam, raivosos, contra eles. Assustados, os jovens apressaram os passos para que pudessem chegar logo ao terminal. Durante a confusão, não conseguiram identificar o idioma em que falavam os algozes, já que estavam nervosos. Mas tiveram certeza de que sofriam um ataque xenóforo.

A traumática recepção no Brasil foi como um golpe para José Miguel. Ainda no aeroporto, ele se questionava sobre a própria vida: “Agora, o que eu sou?”. Há pouco, deixara sua família na Venezuela, onde estudava psicologia e se envolvia com a militância política de oposição a Nicolás Maduro e ao chavismo. Mas, ali, em solo estrangeiro, sentia que havia perdido a identidade. As pessoas não imaginavam por onde ele andou, sequer o reconheciam como estudante. Não poderiam pensar que, em 2014 e 2017, o jovem foi detido em manifestações e chegou a ser torturado por agentes do Estado venezuelano. Também não iriam supor que o imigrante decidiu partir após a mãe e o padrasto serem ameaçados de morte. Mais um na multidão, ele caminhava contra o vento.

O estranhamento de José Miguel, aos poucos, se desfaz no dia a dia. Sentindo-se abraçado pela capital mineira, o rapaz desbrava a terra estranha enquanto conversa com estudantes sobre sua condição de refugiado, hoje regularizada. Faz questão de se vestir com as cores de sua bandeira e promete voltar, um dia, ao país de onde veio. Quer ajudar a reconstruir a democracia, que considera perdida por lá. Outro desejo do venezuelano é voltar às salas de aula, no Brasil mesmo. Ele pretende se especializar na área dos direitos humanos porque acredita que são inerentes ao ser humano e irrenunciáveis. Para quem sentiu a repressão na pele, por que não?



Cadet lutou para trazer esposa e filhos para o Brasil;
hoje, a família está reunida em Belo Horizonte

Um haitiano nas Geraes

Fritzenel Cadet é um homem que sabe ler o mundo. Não por acaso, fala crioulo haitiano, espanhol, francês, inglês e português. Deixou seu país natal, o Haiti, em 2013, para buscar melhores condições de vida no Brasil. Por lá, tornou-se pedagogo, professor de adolescentes, casou-se e ganhou três filhos. Por aqui, uma nova filha, trabalhou como frentista de posto de gasolina, recepcionista de hotel, varreu ruas e atuou com carga e descarga de caminhões. Chegou a receber R\$ 50 por 18 horas diárias trabalhadas e dormiu na rua, porque o tempo que lhe sobrava para ir para casa e retornar ao batente era curto demais.

A visão que tinha do Brasil, antes de imigrar, era bastante diferente do que encontrou ao chegar nestas terras. Sonhava com grandes oportunidades e a possibilidade de oferecer um conforto à família, que já sofreu muito. Mas acabou se deparando com a face de um racismo que, segundo ele, não existe no Haiti: “Minha cor está me traindo, eu sofri muito. Tem lugar que eu fui e chorei. Deus que me deu [a cor da pele],

eu aceito com força e coragem”. Cadet já foi chamado de “macaco”. Sentiu-se discriminado por antigos colegas de trabalho e clientes de um lugar em que esteve empregado. Conta que já chegou a ser demitido por causa do racismo, mas garante que recorreria à Justiça caso fosse vítima desse crime novamente.

O sofrimento, aliás, permeou a vida do imigrante haitiano ao longo de seus 39 anos. Criado junto a 13 irmãos, viu dez deles serem levados pela morte. O último estava deitado quando as chamas de um objeto que iluminava o local onde dormia tomaram o colchão e o carbonizaram. Já os outros não resistiram a doenças que sequer foram descobertas a tempo. Os pais de Cadet ainda vivem por lá, na cidade de Dessalines, nome que homenageia Jean Jacques Dessalines, o primeiro dirigente da república e ex-escravizado. Já idosos e sem aposentadoria, eles dependem da ajuda do filho que decidiu partir e que não os vê há cinco anos.

Hoje, o imigrante vive em uma casinha simples na periferia de Contagem, Minas Gerais, junto

“Minha cor está me traindo, eu sofri muito.”

Fritznel Cadet

aos quatro filhos (de 17, 9 e 7 anos; a caçula, nascida no Brasil, tem dez meses) e à esposa, Marie Ange Helene, 42. No entanto, até a vinda da família ao País, precisou conviver com a solidão e a saudade que apertavam o peito. Os três filhos mais velhos chegaram ao Brasil em abril de 2019, bem diferentes da última vez que o pai os vira, em 2014. Já Marie veio em março de 2018 e conseguiu seu primeiro trabalho apenas em outubro deste ano, como faxineira. Cadet, por sua vez, está em busca de um emprego formal. Ele trabalha na recepção de um hostel de Belo Horizonte, no bairro Funcionários, durante a madrugada, das 23h às 7h30, seis dias por semana. Mas, por ora, não tem carteira assinada e lida com a insegurança da informalidade.

A vida no Brasil mudou alguns hábitos do cotidiano de Cadet. O café, indispensável na mesa de tantos brasileiros, por exemplo, agora também não pode faltar na xícara do haitiano. Mas não é qualquer brasilidade que adoça o paladar do imigrante: a culinária do Haiti se impõe. O feijão e o arroz são cozidos juntos e na mesma panela. Os temperos da comida mantêm-se como antes, batidos no liquidificador. E o soup joumou, prato típico do país, servido tradicionalmente na chegada do ano novo, é a atração nas viradas de ano. Não apenas a gastronomia, o idioma também resiste no dia a dia. Em casa, pai, mãe e filhos se comunicam ora em crioulo haitiano, uma das línguas oficiais do país natal, ora em português.

Este último, inclusive, pouco a pouco vai se tornando comum entre eles. Destaque para as crianças, que já se relacionam com certa facilidade com os colegas na escola, em menos de um ano vivendo por aqui.

O sonho por uma vida melhor fora do Haiti começou após uma tragédia. A saída de Cadet aconteceu três anos depois do terremoto que devastou o país. Com a violência de sete graus na escala Richter (usada para quantificar a magnitude de vibrações na superfície da Terra, não possui limite), a catástrofe matou pelo menos 230 mil haitianos, feriu outros 300 mil e desabrigou cerca de 1,5 milhão. Prédios desabaram, pessoas foram soterradas e o país se viu em ruínas. O mundo voltou os olhos à nação caribenha e enviou ajuda às vítimas dos tremores. Ainda assim, não foi suficiente e o Haiti segue tentando se recuperar, a passos lentos, até hoje. Outras tragédias naturais foram vistas de perto por Cadet várias vezes. Furacões, ele conta, acontecem todo ano e matam muita gente.

Os problemas do país não param por aí. Quem precisa de saúde e educação, por lá, precisa sentir no bolso. Tudo é pago e custa caro, lamenta o imigrante. Mas, apesar de tudo, Cadet sente saudade de casa. Ele diz que “todo mundo quer voltar” e que “não tem lugar melhor que seu país”. Sua preocupação, por outro lado, é se estabilizar financeiramente, por meio de um novo concurso público. Mas, desta vez, no Brasil e na área em que é formado, a educação.



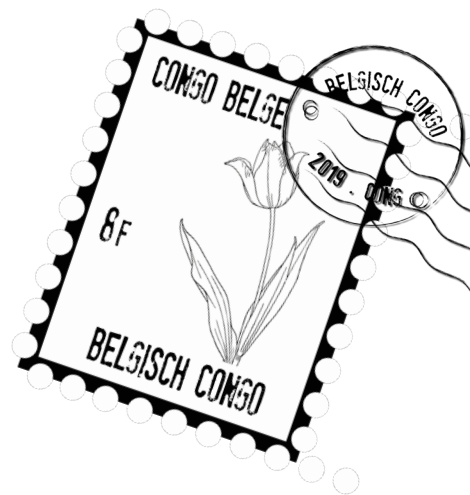
Querido Godwin,

Eu sei. Já faz muito tempo que a gente não se vê. Desde dois mil e quatorze, se não me engano. E não é bem que a gente não se vê, não é mesmo? Pois nos falamos sempre pela internet, mas nada se compara ao dia em que saí daí e você ainda nem tinha cinco anos, sei que você só tem lembranças de mim através de porta-retratos. E por isso decidi contar pra você um pouquinho da minha história e da história da nossa família. Preciso te dizer que não foi fácil deixar o Congo, principalmente Goma, o lugar que reconheço e entendo como casa, mas foi necessário, e antes de contar o motivo pelo qual saí, quero te contar algumas coisas que me trazem lembranças do nosso país.

Bom, acho melhor começar contando como os papais se conheceram, nosso pai Moses é da tribo Nande, aí da República Democrática do Congo, e nossa mãe Bienvenue é metade ruandesa e congolesa, da tribo Hunde. Eles frequentavam a mesma igreja e se apaixonaram, porém enfrentaram muitas dificuldades. Godwin, não sei se já tem noção disso, mas pessoas de tribos diferentes uma das outras sofrem muito preconceito e nossos pais sofreram, o amor deles quase não pode acontecer - e olha que nossa cidade, Goma, é fronteira com Gisenyi, em Ruanda. Os pais de nossa mãe temiam por ela, principalmente o preconceito que iria sofrer ao se casar com o nosso pai, e quase proibiram o casamento. Mas eles conseguiram, enfrentaram muitos desafios para que pudessem construir a nossa família.

Falando na nossa família Kipuni, como você já sabe a primeira filha sou eu. Nasci no dia 27 de setembro de 1995 durante a tarde, depois de mim vieram a Deborah (22), a Chérubin (19), a Bright (16) e você, com nove anos, o nosso “mdogo” como diria em suaíli, mais conhecido como caçula” aqui no Brasil. Eu sinto tantas saudades de você, Godwin, meu Kaka como gosto de chamar, e da nossa família. A saudade que sinto parece como uma alergia, sabe? daquelas que quando a gente começa a coçar não para nunca mais, só espalha, mas lembrar da minha infância me faz sentir melhor. Tenho lembranças de brincar e cuidar das meninas, de ir aos cultos do papai, de preparar com a mamãe o Sombe com folhas de mandioca e carne, acompanhado de arroz. Inclusive sabia que aqui no Brasil eles não têm o hábito de comer folhas de mandioca? Não sabem o que estão perdendo. Tenho certeza que vai achar graça, mas sinto falta





também dos meus tempos de escola, quando era criança estudei numa escola católica, era missa de manhã e aula de tarde, me lembro de levar o recipiente, Gourde, com chá e leite no pescoço e bolinho de chuva para lanche. Na época não tínhamos muitos brinquedos, eram todos muitos caros, e por isso caprichávamos nas brincadeiras, todo mundo sentava na terra e desenhava como queria seus brinquedos. Quando a roda ficava grande todas as crianças cantavam várias canções em suaíli, a minha preferida era Mudunde. Outro dia uma moça curiosa me fez cantar durante uma conversa, ela achou muito bonito, se emocionou. Me diz, Godwin, as crianças ainda brincam de Rogo, Bitoto ou Kange? Eu amava, a minha preferida era Kange, brincava demais com as nossas irmãs. Ainda brinco de vez em quando aqui em casa com o Clethie e a Gemima, dois amigos que moram comigo e são do Congo também. Sabe, Kaka, queria muito que essas fossem minhas únicas lembranças daí, mas infelizmente não são, muitas coisas boas e ruins me marcaram.

Depois que fui crescendo comecei a entender algumas coisas que aconteciam ao nosso redor, muita injustiça e crueldade que fizeram conosco e com nosso povo, fiquei traumatizada com a perda do nosso avô que você nem chegou a conhecer, uma vida interrompida injustamente por conta dos conflitos políticos do nosso país. Sofremos muito quando descobrimos que um pedaço da juventude da nossa irmã foi arrancado por abusos de uma pessoa que considerávamos da nossa família. Vi muitas guerras acontecerem, perdi muita gente por conta da falta de humanidade dos outros. Mas decidi recomeçar e nosso pai apoiou, consegui com que eu viesse para o Brasil, sim, o país do futebol, estou sabendo que você adora.

Aqui no Brasil eles realmente amam futebol e estão sempre com sorriso no rosto, nunca vi um povo que sorri tanto, confesso que quando cheguei achei tudo muito diferente. A língua deles é muito complicada, o português. A cidade pra onde vim se chama Belo Horizonte, fica em Minas Gerais. Fiquei assustada mesmo com o calor, ainda não estou nem um pouquinho acostumada. Estava muito triste quando cheguei e por isso o amigo do nosso pai, o Paulo, decidiu me levar para conhecer a Bahia. É um lugar lindo demais, o pessoal daqui diz que a Bahia é um dos lugares que têm mais influência africana e é verdade, as roupas lá são muito coloridas como as nossas e as músicas são parecidas também.

O Brasil é um país muito grande e com pessoas muito

diferentes umas das outras. Aqui em Belo Horizonte por exemplo ninguém é parecido com ninguém, e mesmo assim tem discriminação. Quem mais sofre são as pessoas que parecem com a gente, pessoas negras.

Pela primeira vez sofri racismo e não estava acostumada com isso, me senti muito mal e triste, aconteceu na Universidade Federal de Minas Gerais, quando ainda fazia minhas aulas de português. Um aluno me disse que não estava acostumado ver gente “assim”, mas pediu desculpas. Depois disso, você acredita que esse rapaz virou meu amigo? Ele agora frequenta as nossas festas africanas e está até escrevendo um livro de quando ele era racista e que isso não tem nada a ver. Curioso, não é? Torço para que mais pessoas mudem como ele, reconheçam seus erros e ajudem na luta contra o racismo porque aqui é muito difícil.

Já passei por poucas e boas aqui também, mas sinto que o Brasil é a minha segunda casa. As pessoas que encontrei são muito acolhedoras, estou realizando no meu trabalho, tenho dado aulas de francês e inglês particulares e em colégios, meus alunos me ensinam muitas coisas do português também e sempre que podem me presenteiam com comidas típicas, você vai amar por sinal, uma delícia. Além das aulas continuo trabalhando com área da beleza, vendo online nossos tecidos congolese e faço maquiagens. Minha semana está sempre preenchida, realmente trabalho e estudo muito, mas fiz bons amigos, até um namorado haitiano encontrei, ele se chama Mackenson. Você acredita que as brincadeiras e a comida do país dele são muito parecidas com as nossas? Eles gostam de brincar nos rios, gostam de quiabo. Sabia que Gourde, o recipiente que usamos para levar chá e leite, é o nome do dinheiro deles lá? Ai, Kaka, eu aprendo todos os dias aqui e sou muito feliz, espero que muito em breve possa compartilhar mais histórias com você e que você me conte também as suas. Não vejo a hora de ter você por perto de novo, mas por enquanto quero que saiba que estou bem.

Godwin, nem sempre a gente dá conta de narrar as nossas próprias histórias. Às vezes precisamos da mão do outro para ressignificar o que é por demais bonito entre a gente. Nós somamos amor assim, os olhos que me escutam são esses que escrevem para você.

Bisous, Benediction Wetemwami Kipuni e Paula Lima.